

Fágner João Maia Medeiros^aUniversidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

A gênese do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina

Recebido em: 3 maio 2020.

Aceito em: 12 abr. 2021.



RESUMO

Neste artigo, pretendemos revelar que o debate clássico de estilos de desenvolvimento, que inaugurou a edição 1ª da *Revista de la Cepal*, deve ser compreendido dentro de um extenso quadro intelectual que o antecede. Assim, almejamos investigar a origem do enfoque de estilos de desenvolvimento na América Latina, partindo de duas frentes analíticas distintas. Primeiro, revisitaremos a discussão do subdesenvolvimento da América Latina em busca de elementos teóricos da discussão de estilos. Segundo, realizaremos uma revisão histórica desse conceito para clarear o contexto intelectual no qual emergiu para, finalmente, adentrar nas publicações de Aníbal Pinto e Jorge Graciarena na *Revista*. Buscando, com isso, compreender o esforço teórico desses autores em estabelecer os contornos da abordagem de estilos. O resultado da análise, segundo nossa compreensão, é o entendimento de que o enfoque de estilos de desenvolvimento foi fruto de um amplo movimento de revisão crítica da teoria do desenvolvimento iniciado na década de 1960.

Palavras-Chaves

Pensamento Econômico Latino-Americano. CEPAL. Estilos de Desenvolvimento.

a. Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: fagnerjmaia@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0366-8535>

<http://lattes.cnpq.br/7619356098955274>

Fágner João Maia Medeiros^bFederal University of Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil

The genesis of the approach to development styles in Latin America

Received on: May 3rd, 2020.**Approved on:** April 12th, 2021.

ABSTRACT

In this paper, we intend to reveal that the classic debate on styles of development, which inaugurated the 1st edition of the *Revista de la Cepal*, must be understood within an extensive intellectual framework that precedes it. Thus, we aim to investigate the origin of the approach to development styles in Latin America, starting from two different analytical fronts. First, we will revisit the discussion of underdevelopment in Latin America in search of theoretical elements of the discussion of styles. Second, we will carry out a historical review of this concept to clarify the intellectual context in which it emerged and, finally, enter the publications of Aníbal Pinto and Jorge Graciarena in the *Revista*. Thus, seeking to understand the theoretical effort of these authors to establish the outlines of the approach to styles. The result of the analysis, according to our understanding, is the understanding that the development styles approach was the result of a broad movement of critical review of development theory that began in the 1960's.

Keywords

Latin American Economic Thought. ECLAC. Development Styles.

b. Doctoral candidate in Economics at the Federal University of Minas Gerais. M. Sc. in Economic Development from the State University of Campinas and B. Sc. in Economic Sciences from the Federal University of Ouro Preto. E-mail: fagnerjmaia@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0366-8535>

 <http://lattes.cnpq.br/7619356098955274>

Introdução

O conceito de “estilos de desenvolvimento” integrou um papel relevante na literatura do desenvolvimento, sobretudo nos anos de 1970, quando a abordagem se consolidou como elemento central dentre as análises da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Todavia, não é necessário adentrar muito na literatura para se dar conta da falta de consenso sobre o tema. A conceituação de estilos remetia a uma multiplicidade de sentidos, desde modelos de política econômica até mesmo questões mais gerais como um estilo de vida de uma sociedade. Ademais, havia um correlato na literatura internacional que fazia uso do conceito de “modalidades de capitalismo”.¹

De modo geral, a ideia de um estilo de desenvolvimento estaria vinculada à necessidade de entender a especificidade do funcionamento das economias latino-americanas. A busca pela compreensão dessa singularidade é antiga, remonta aos textos inaugurais da CEPAL (criada em 1948), redigidos por Raúl Prebisch. Embora Prebisch ainda não fizesse uso do termo “estilos de desenvolvimento”, parte da descrição do autor foi direcionada no sentido de mostrar que a periferia detinha em sua estrutura características como heterogeneidade estrutural, baixa diversidade produtiva e institucionalidade inadequada (PREBISCH, 2011 [1949]).

Como visto, a noção de estilos estava presente nas discussões da CEPAL, porém, os contornos desse conceito foram definidos a posteriori. Bielschowsky (2018) caracteriza as ênfases centrais presentes em cada período na CEPAL. De acordo com o autor, foi na década de 1970 que o debate de estilos integrou o centro das reflexões da comissão.² A rigor, foi na edição inaugural da *Revista de la Cepal*, em 1976, que autores como Aníbal Pinto e Jorge Graciarena realizaram um verdadeiro esforço de elaboração e difusão de uma abordagem para tratar da questão do desenvolvimento partindo da linha interpretativa dos estilos.

À luz dessa breve apresentação, o cerne deste artigo concentrou-se em investigar a origem da abordagem dos estilos de desenvolvimento na América Latina, uma vez que este conceito já aparecia em escritos anteriores, mesmo que de forma inacabada. Para tal, grandes intérpretes do pensamento estruturalista, tais como Rodríguez (2009)

1. Garza (1992) identifica pontos de conexão entre o conceito de “estilos de desenvolvimento” e “modalidades de capitalismo” utilizado pela Escola Francesa da Regulação de Robert Boyer e Michel Aglietta.

2. Conforme Bielschowsky (2018), a agenda da CEPAL na década de 1970 foi marcada pela temática dos estilos de desenvolvimento e pelas discussões sobre exportação de manufaturas.

e Bielschowsky (2018), tendem a apontar que a discussão dos estilos seria subproduto do debate do subdesenvolvimento da América Latina dentro da tradição da CEPAL, o que nos conduziu a procurar por traços da noção de estilos a partir do movimento de revisão crítica das teses da CEPAL no decênio anterior.

A revisão histórica do conceito de estilos foi outra ferramenta de análise utilizada neste estudo. Contudo, para além de uma simples cronologia do termo, contamos com algumas orientações de Quentin Skinner (2006) empreendidas à História das Ideias. Skinner alertou sobre a problemática ambição do historiador das ideias em procurar uma interpretação unificada ou linear de um conceito. A somar, o autor ressaltou a necessidade de reconstituição do contexto social do momento em que determinado conceito foi utilizado, para então, jogar luz sobre elementos que forjaram tal conceito e evitar males como anacronismo e certas mitologias do estudo de história das ideias. Em suma, pretende-se tratar nesse artigo, se bem de maneira breve, a forma em que um enfoque científico específico adquire vida e como este se modifica no tempo.

2. O debate do subdesenvolvimento dentro da tradição estruturalista cepalina

A trajetória em torno das discussões sobre o subdesenvolvimento da América Latina não foi linear. Conforme Bastos e D'Avila (2009), esse trajeto foi marcado por debates, controvérsias, revisões e autocríticas. Calcagno (1990) destaca o caráter pioneiro das reflexões produzidas na região no alvorecer da década de 1960. Ao mesmo tempo em que países desenvolvidos discutiam formas de sustentar o ritmo de crescimento obtido, os países periféricos abriam um diálogo sobre as características qualitativas do desenvolvimento.

Não à toa essa discussão se deu nos anos sessenta, visto que uma crise econômica e política alastrou uma “onda de pessimismo em todo o continente, com relação ao desenvolvimento capitalista das nações atrasadas” (FIORI, 2018, p. 24). No caso da América Latina, o alcance dessa crise foi expresso com a deterioração do quadro econômico. Segundo Bielschowsky (2018), no período entre 1960 e 1964, o crescimento econômico do período caiu para 0,3% ao ano (a cifra correspondente para o decênio

anterior foi de 5,1%), circunstância agravada pelo recrudescimento das taxas de desemprego e pela incidência de pressões inflacionárias em vários países da região.

De modo geral, esse cenário sinalizou o esgotamento do paradigma teórico da CEPAL cristalizado na ideia de dualismo estrutural, ou seja, de que as economias periféricas detinham, simultaneamente, uma estrutura moderna e arcaica. Nesses termos, a superação do subdesenvolvimento passaria, necessariamente, pela homogeneização da estrutura produtiva por meio da industrialização por substituição de importações (ISI). No entanto, os países que alcançaram a dita “fase difícil” da ISI, na década de 1960, quando instalaram as indústrias produtoras de equipamentos e de bens de consumo duráveis, se depararam com efeitos adversos sobre a distribuição de renda desencadeados por essas novas indústrias que requeriam mercados cada vez mais amplos e concentrados (RODRÍGUEZ, 2009). Em vista disso, o diálogo produzido em torno das dificuldades do processo de modernização das sociedades latino-americanas conduziu à revisão das teses inaugurais da CEPAL. Pretende-se nesta seção mostrar que a ideia de estilos foi resultado de análises produzidas nesse período.

Nessas circunstâncias, surgiram interpretações teóricas para explicar a desaceleração dos anos sessenta por dentro da CEPAL. O primeiro eixo interpretativo de destaque associou a crise à existência de um bloqueio estrutural no processo de desenvolvimento da América Latina. Dentro dessa ótica, a tese de “insuficiência dinâmica” de Raúl Prebisch, contida na obra *Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano* (PREBISCH, 1963), inaugurou essa perspectiva. Aqui, Prebisch sublinhou a existência de bloqueios internos e externos presentes nas estruturas produtiva e social capazes de obstruir as forças do desenvolvimento. Para fins didáticos, denominamos esse tipo de teorização por “estagnacionista”.

Outro autor central dessa vertente foi Celso Furtado, visto que suas ideias foram as que mais repercutiram ao longo da década. Em resumo, o diagnóstico de Furtado para a crise era preciso, sinalizando uma tendência inexorável à estagnação no curso do processo de desenvolvimento dos países latino-americanos. Furtado apresentou essa tese com maior veemência em sua obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966). O argumento central do autor esteve apoiado no entendimento de que, embora a intervenção estatal eficiente seja essencial para o avanço da industrialização, essa não era uma condição suficiente para o triunfo do desenvolvimento industrial, uma vez que essa industrialização poderia estar conduzindo o progresso

técnico para satisfazer uma pequena camada da população. Portanto, não garantindo critérios de justiça social.

De acordo com Furtado (1966), a estagnação se manifestava através da queda da relação produto-capital à medida que a industrialização saltava para etapas mais complexas em setores intensivos em capital e com sistemas tecnológicos adaptados para poupar mão de obra. Conforme os investimentos concentravam-se nesses setores modernos, era posto em marcha um movimento de concentração de renda, por um lado reduzindo progressivamente a participação das massas com respeito ao produto. Por outro, desencadeando um processo de causalção circular, no qual a renda concentrada era direcionada para novos investimentos na indústria moderna que, conseqüentemente, reiniciava o processo de concentração.

Portanto, para Furtado (1966), a concentração da renda impedia a formação de legítimos mercados de massa, forçando tais indústrias a trabalharem com escala mínima de produção, o que na ausência de fatores compensatórios resultaria na redução da taxa de crescimento. O resultado imediato desse processo seria a formação de uma estrutura produtiva concentrada, pouco empregadora, com baixa dinâmica e incapaz de manter seu desempenho, visto que a renda seria cada vez menos destinada aos salários e, paulatinamente, apropriada para o consumo supérfluo. Nesse raciocínio, a insuficiência da demanda conduziria para uma tendência à queda da taxa de lucro que, sob hipótese de salários constantes, levaria inexoravelmente à queda da relação produto-capital média da economia, sendo a marca da estagnação.³

À luz da exposição acima, Furtado, assim como Prebisch, elaborou sua linha argumentativa pela negativa, ou seja, argumentando que faltaram condições institucionais e sociais que permitissem que a dinâmica econômica fosse traduzida em desenvolvimento.⁴ Para tal, o receituário de Furtado inclinou-se pelas reformas estruturais, defendendo a criação de programas de reforma agrária, adoção de medidas redistributivas e criação de uma institucionalidade adequada. Conforme

3. Coutinho (2019) chama atenção para o componente político dentro da tese estagnacionista de Furtado. Dentre as causas, revelava-se uma estrutura política “incapaz de absorver de modo produtivo o clamor crescente das massas pobres, um impasse que envolve um conjunto de fatores, tais como elites atrasadas e pouco propensas à defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, estruturas de representação viesadas e caducas, esquerda equivocada” (p. 745).

4. Para descrição mais precisa do debate em torno da agenda reformista de Prebisch e Furtado, e do contexto em torno dos autores, ver seção dois de Medeiros (2021).

Bielschowsky (2018), essas medidas deveriam permitir a recomposição da demanda na direção de indústrias com menor coeficiente de capital. Em outros termos, Furtado propôs um autêntico receituário reformista.

Saltando para o final da década, a conjuntura de recuperação abriu espaço para um conjunto de reflexões críticas sobre a estagnação. Deste prisma, o chileno Aníbal Pinto inseriu-se no debate ao escrever *Natureza e Implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina* (PINTO, 2000 [1970]). Apesar de ter dado apoio à agenda reformista, Pinto negou qualquer possibilidade de bloqueio estrutural semelhante à interpretação de Furtado. Em termos sintéticos, Pinto apontou que a industrialização não havia cumprido seu papel histórico de eliminação do dualismo estrutural, ao invés disso, acentuou ainda mais o problema. Nos termos do autor, “em suma, a capacidade de irradiação ou impulsionamento do ‘setor moderno’ revelou-se, para dizer o mínimo, muito menor do que a esperada” (PINTO, 2000 [1970], p. 575).

O ponto de partida de Pinto foi superar a concepção dualista sobre a heterogeneidade estrutural, alegando que o conceito partia de um caso extremamente abstrato e era incapaz de captar as implicações por trás do fenômeno. Conforme Cimoli e Porcile (2013), Pinto aprimorou o conceito ao trabalhar com camadas de produtividade. Nesse sentido, a heterogeneidade não seria mais um fenômeno dual, uma vez que dentro de cada setor era possível encontrar camadas com distintos graus de produtividade, sobretudo na indústria. Diante disso, Pinto (2000 [1970]) analisou a estrutura produtiva a partir de três camadas, utilizando a produtividade como parâmetro, sendo elas: (i) camada primitiva, associada a níveis de produtividade e renda per capita similares ao período colonial; (ii) polo moderno, por seu turno, que integrava as atividades com produtividade equivalente à dos países desenvolvidos; por último, (iii) camada intermediária, que correspondia à produtividade média do país. Dentro desse esquema, cada camada incorporava um caráter multisetorial, mesclando rural e urbano.

A partir disso, Pinto inferiu algumas questões. Primeiramente, identificou uma vasta descontinuidade entre as camadas, a saber, o polo moderno teria uma produtividade média 20 vezes superior à camada primitiva. Além disso, as camadas se diferenciavam por sua significância, pois o polo moderno produzia para uma exígua parcela da população e apenas empregava 13% da população ativa, enquanto a mesma cifra para

a camada primitiva ficava entre 35% e 40%. Deste modo, a industrialização que prometeu “um progresso para a ‘homogeneização’ da estrutura global, perfila-se um aprofundamento da sua heterogeneidade” (PINTO, 2000 [1970], p. 575), cristalizando uma estrutura que embora concentrada e com baixa remuneração (subemprego), não seguia o curso da estagnação.

Ao que nos interessa, foi no desenrolar da controvérsia crescimento-estagnação que surgiram os traços fundamentais da abordagem de estilos. Nesse artigo, Pinto já fazia uso dos termos “alternativa” e “modelo” de desenvolvimento para apontar a possibilidade de alterar as diretrizes básicas que compõe o desenvolvimento de uma nação.⁵ De modo geral, Pinto (2000 [1970], p. 584) reivindicava a troca do atual modelo que repousava sobre os desejos de uma minoria, substituindo-o por “um crescimento cujo eixo e objetivos centrais fossem a disseminação do progresso técnico, a ampliação do mercado interno, a homogeneização do sistema”.

Seguindo os trilhos de Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares e José Serra publicaram o artigo “Além da Estagnação” (2000 [1971])⁶ com críticas incisivas à tese estagnacionista de Furtado. Nos termos de Tavares e Serra, “a crença na estagnação tem prejudicado significativamente as interpretações sobre o funcionamento e a dinâmica de algumas economias da região” (p. 591). Para ambos os autores, era preciso deslocar o debate do desenvolvimento do âmbito da nação e estudá-lo pela ótica do capitalismo. A partir disso, não seria possível levantar a possibilidade de esgotamento com base em evidências como marginalização, subemprego e infraconsumo, pois a dinâmica econômica era afetada por fatores referentes à absorção de poupança e oportunidade de investimento.

Em função disso, Tavares e Serra (2000 [1971]) questionaram a consistência do modelo elaborado por Furtado através de um instrumental analítico kaleckiano.⁷ Para

5. Aníbal Pinto retomou com o mesmo vocabulário (modelo e alternativa) na publicação seguinte *El modelo de desarrollo reciente de la América Latina* (1971). No entanto, aqui o autor usou pela primeira vez o termo “estilos”, referindo-se, em um dado momento do texto, “al estilo de las economías industrializadas” (p. 492).

6. O artigo foi apresentado pela primeira vez no II Seminário Latino-americano para o Desenvolvimento promovido pela UNESCO e pela FLACSO com o título *Más allá del estancamiento*, em 1970, e publicado na revista *El Trimestre Económico* no ano seguinte. Em nota, Tavares e Serra agradeceram a orientação de Aníbal Pinto no processo de elaboração desse ensaio.

7. Conforme Bastos e D’Ávila (2009), em Tavares e Serra, a trajetória de crescimento era explicada pelo comportamento das variáveis de demanda. Consequentemente, a restrição do crescimento econômico apenas poderia estar vinculada à retração de componentes da demanda.

ambos os autores, a categoria analítica central utilizada por Furtado (relação produto-capital) não era suficiente para explicar um bloqueio estrutural, pois somente respondia ao resultado do processo econômico. Ao contrário, a variável relevante para o cálculo do empresário era o lucro esperado. Dadas essas circunstâncias, ao ter associado a elevação do coeficiente de capital com a queda da relação produto-capital, Furtado ignorou a possibilidade de contrabalancear esse efeito com o aumento do excedente subtraído da força de trabalho ou, ao mesmo tempo, remediar com efeitos positivos do progresso técnico sobre a acumulação de capital.⁸

Dito isso, Tavares e Serra (2000 [1971]), com base na experiência brasileira de retomada do crescimento, postularam que a concentração de renda mostrava-se funcional à dinâmica capitalista. No Brasil, o reajuste da estrutura de demanda em favor das classes médias e altas, associado à crescente marginalização das camadas mais baixas da população, logrou em “estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema” (p. 593). De modo igual, o caso Tavares e Serra acompanhou o trajeto de Pinto, uma vez que o conceito de estilos apareceu no próprio objetivo do artigo: “evidenciar alguns aspectos que caracterizam o estilo de desenvolvimento econômico brasileiro” (p. 591). Sobre o tema, Bielschowsky (2018) afirma que a conclusão geral do trabalho de Tavares e Serra “pode ser considerada uma das peças inaugurais da nova linha analítica cepalina sobre os ‘estilos’” (p. 76).

Em suma, à medida que as interpretações circunscritas à estagnação foram sendo abandonadas, a noção de “modelos” ou “estilos” de desenvolvimento ganhou corpo nas produções em torno da CEPAL. Portanto, essa clivagem analítica delineou o caminho para o que se convencionou chamar, mais tarde, de enfoque dos estilos de desenvolvimento. Dessa maneira, “aparecen entonces los ‘estilos de desarrollo’, como una línea fecunda y autónoma de análisis de nuestros propios problemas y crisis” (CALCAGNO, 1990, p. 56).

8. Tavares e Serra (2000 [1971]) referiam-se aos efeitos da incorporação de novos equipamentos mais eficientes em detrimento aos equipamentos preexistentes.

3. O conceito de estilos de desenvolvimento, cenário e primeiras aparições

Como visto, é certo que parte do embrião do enfoque de estilos de desenvolvimento se encontra no debate crescimento-estagnação. No entanto, o termo estilos já aparecia em produções correlatas sobre o desenvolvimento da América Latina. À vista disso, esta seção dedicou-se à revisão histórica do conceito de estilos, averiguando como e em quais circunstâncias esse termo foi mobilizado. De acordo com Skinner (2006), seria preciso evitar distorções ao estudar um conceito ainda em formação, visto que este poderia ainda não estar totalmente articulado. Além do mais, seria necessário se atentar às suas variações semânticas esboçadas ao longo do tempo. Nesse caso, deve-se tratar do conceito de estilos sem trazer elementos propostos nos artigos seminais de Pinto e Graciarena, publicados em 1976.

Dando início à exploração, há um certo consenso na literatura de que o primeiro uso do conceito de estilos de forma sistematizada tenha sido feito,⁹ ainda em 1969, por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudios del Desarrollo (CENDES), na cidade de Caracas.¹⁰ A produção pioneira intitulada *Estilos de Desarrollo* (1969), esteve associada à figura do argentino Oscar Varsavsky, cuja trajetória remonta o ano de 1962, quando criou um grupo de “modelistas” no Instituto de Cálculo da Universidad Nacional de Buenos Aires, com o intuito de aplicar métodos de experimentação numéricas nas ciências sociais.¹¹ Desde então, Varsavsky passou por diversas instituições difundindo esse novo programa de pesquisa, até ingressar no CENDES, em 1966, onde produziu um modelo matemático capaz de realizar “comparaciones teóricas entre estilos hipotéticos alternativos de desarrollo” (CENDES, 1969, p. 517).¹²

9. Vale ressaltar que já havia publicações anteriores utilizando termo estilos, porém este ainda era empregado sem conotação teórica. A título de exemplo, Alba publicou anteriormente o texto “O Estilo Latino-Americano e as Novas Forças Sociais” (1967).

10. O CENDES foi fundado dentro da Universidad Central de Venezuela no ano de 1961 por Jorge Ahumada. Em 1969, destacam-se como parte da equipe: José Bianciotto, Luis Leal, Luis Marzulli, David Leiva, Juan P. Pérez Castillo, Lourdes Yero sob liderança de Oscar Varsavsky.

11. Conforme Calcagno (1990), os modelos de experimentação numérica “son modelos realistas de sistemas sociales grandes aplicables a temas como el desarrollo económico, los conflictos sociales, las estrategias políticas, la evolución de las civilizaciones o los desequilibrios económicos. Se emplean como criterio de decisión cualitativa: elegir entre unas pocas alternativas de acción, cuyos efectos el modelo ayuda a comparar” (p. 58).

12. Uma breve descrição dessa trajetória encontra-se em Varsavsky e Calcagno (1971).

A discussão promovida pelo CENDES caminhou no sentido de criticar a premissa de que o desenvolvimento implicaria, necessariamente, no estilo praticado pelos países centrais, quer dizer, em mudanças na esfera da demanda e da produção. Nesses termos, o informe abriu espaço para pensar outras possibilidades de desenvolvimento, pois seria “un grave error aceptar un estilo de desarrollo sin antes explorar otras posibilidades” (CENDES, 1969, p. 517). Em linhas gerais, o informe elegeu três estilos de desenvolvimento que se distinguem por suas filosofias e ideologias, sendo eles: (i) estilo “consumista”, (ii) “criativo” e (iii) “autoritário”.¹³ A partir disso, foi possível comparar como típicos problemas enfrentados no percurso do desenvolvimento se revelariam nesses diferentes estilos, a partir de uma projeção das mudanças da estrutura da demanda – tendo por marco o ano 2000. Com base no caso da Venezuela, o documento sugeriu a adoção do “estilo criativo” como opção viável para o país, resultando na melhora dos indicadores econômicos e sociais a longo prazo.

No entanto, o que importa aqui não é discutir exaustivamente o informe, mas sim notar como a ideia de estilos foi utilizada nesse documento. De certa maneira, a ideia de estilos apareceu de forma muito abrangente nesse documento, referindo-se a um “estilo de sociedade”. Além disso, Rodríguez (2009) sustenta que o conceito de estilos foi forjado como uma ferramenta para contrastar uma situação existente. Sendo assim, teria um aspecto prático, visto que “todo plan de desarrollo exige a elección de un estilo de desarrollo como marco de referencia” (CENDES, 1969, p. 538). Pedrão (2006) afirma que esse informe teria inaugurado uma “vertente quantitativista” da análise do desenvolvimento que encantou figuras da esquerda e da direita.

Outra referência chave no enfoque de estilos de desenvolvimento foi encontrada no texto “Distribución de Ingreso y Opciones de desarrollo” (1970) escrito por Pedro Vuskovic, diretor do Instituto de Economía y Planificación de la Universidad de Chile. Nesse caso, o termo estilos apareceu na forma de “opção” ou “padrão” de desenvolvimento; e, mais adiante, referido como “modelo de funcionamento” de uma economia. Neste estudo, o

13. No que se refere à caracterização de cada estilo, o primeiro deles, estilo consumista, foi inspirado nos hábitos, culturas, e no padrão tecnológico dos países desenvolvidos, para assim, obter uma sociedade de bem-estar pautada pela diversificação do consumo. O estilo criativo, por sua vez, parte do valor primordial de uma cultura autônoma, que valorizaria a originalidade e a criatividade na produção, na tecnologia, e na educação. No que se refere ao último estilo, autoritário, o nacionalismo seria apenas verbal, pois o estilo propõe inserir a nação como um satélite de uma grande potência, favorecendo inversões e tecnologia estrangeiras, porém não valorizando a educação. Em suma, um estilo próprio de uma cultura marcada por valores tradicionais impostos por um governo autoritário e forte. Para melhor caracterização, ver CENDES (1969).

autor avaliou alguns traços das economias latino-americanas – com ênfase ao caso chileno –, como concentração de renda e incorporação do progresso técnico, que, no que lhe dizia respeito, geraram o “actual patrón de desarrollo, del que también forman una parte con igual carácter otros problemas centrales” (VUSKOVIC, 1970, p. 43). Neste sentido, o uso da ideia de estilos esteve novamente vinculado ao movimento crítico dos atuais modelos de desenvolvimento concentradores e excludentes presentes na região.

Influenciados pelo informe do CENDES de 1969, Eric Calcagno, Pedro Sáinz e Juan de Barbieri publicaram o livro *Estilos Políticos Latinoamericanos* (1972), com base em suas aulas sobre modelos matemáticos ditadas, entre 1966 e 1969, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), em Santiago. Nesse livro, os autores, mediante a experimentação numérica, formularam um modelo político dinâmico para estudar nove regimes políticos latino-americanos, submetendo à prova a qualidade das decisões políticas através da evolução de um índice de desenvolvimento político.¹⁴ Quanto aos estilos (e suas variantes), o termo somente apareceu uma vez em menção ao estudo do CENDES anteriormente mencionado, além disso, o prólogo do livro foi escrito por Varsavsky.

Após essas discussões pioneiras, Calcagno (1990) sublinha que o desenvolvimento conceitual dos estilos de desenvolvimento que teve início no CENDES passou a se concentrar na sede da CEPAL. Logo em 1971, a comissão preparou o documento para discussão intitulado *Un Modelo para Comparar Estilos de Desarrollo o Políticas Económicas Optativas* (CEPAL, 1971), apresentado no XIV Período de Sessões CEPAL. Neste documento, novamente a noção de estilos apareceu como ferramenta para avaliação de políticas econômicas de um plano de desenvolvimento. Os critérios de avaliação, pré-definidos pelos autores, permitiram ilustrar uma concepção de estilo, ao afirmarem no documento sobre a necessidade de sobrepor variáveis macroeconômicas, incluindo fatores “en términos de contenido y de opciones económicas, sociales, tecnológicas, sectoriales y regionales, que en definitiva son elementos de mayor importancia en la imagen de la sociedad a la que se quiere llegar” (CEPAL, 1971, p. 5).

14. Os nove regimes políticos discutidos no livro foram classificados através de uma tipologia que considerasse os diferentes graus de desenvolvimento industrial entre os países. Primeiro, para os países de industrialização incipiente foi considerado o (1) sistema político tradicional e autoritário e o (2) nacionalismo militar. No caso dos países em processo de ISI, havia a (3) democracia parlamentar populista, o (4) regime político de tradição democrática e o (5) nacionalismo militar modernizante. Entre os países com uma industrialização diversificada e complexa, as opções foram: (6) regime desenvolvimentista, (7) regime populista com ruptura e (8) regime autoritário e neo-oligárquico. Por fim, os autores consideraram separadamente o caso chileno de (9) regime democrático em transição ao socialismo. Ver: Calcagno, Sáinz e Barbieri (1972).

Com base nesse modelo elaborado pela CEPAL, Charles Rollins e Mario La Fuente trataram os “estilos” com um esforço maior de conceituação no documento *Diferentes Modelos o Estilos de Desarrollo* (1973). De acordo com os autores, uma “modalidade de desenvolvimento” estaria associada à própria forma de organização social de uma sociedade, afirmando que uma orientação de política econômica dependeria de peculiaridades específicas de cada caso nacional e da ideologia dos grupos governantes. Por esse ângulo, enquanto em alguns países essa modalidade poderia estar vinculada à expansão produtiva, em outros estaria relacionado à descentralização do poder político e econômico de um grupo social, ou à autonomia das decisões nacionais. Em suma, uma modalidade de desenvolvimento determinaria “el tipo de desarrollo futuro. Más aún, en última instancia podrán llegar a la implantación a diferentes modelos de vida o estilos de desarrollo” (ROLLINS; LA FUENTE, 1973, p. 2).

Em sequência, destacaram-se os trabalhos de Varsavsky sobre a temática dos estilos. Em 1971, o autor publicou o artigo intitulado “Largo Plazo:¿un solo estilo?”, no qual abordou o tema da planificação e da elaboração de uma estratégia nacional. No que se refere aos estilos, o conceito foi empregado nos mesmos termos do informe do CENDES, fazendo referência à necessidade de definir um estilo por meio de um modelo e condenando a adoção de “estilos seguidistas”, que imitam táticas e métodos praticados no centro capitalista.

No ano de 1975, Varsavsky assumiu a direção do recém-criado escritório da CEPAL em Buenos Aires, onde desenvolveu seus últimos trabalhos sobre o tema, antes de ir a óbito no ano seguinte. Quanto às publicações, dois livros foram produzidos: *Estilos tecnológicos* (2013 [1974]) e *Marco Histórico Constructivo para Estilos Sociales, Proyectos Nacionales y sus Estrategias* (1975). Segundo Villamil (1979), mesmo nessas obras, a conceituação de estilos em Varsavsky não se alterou desde o informe de 1969, ainda era pouco delimitada em termos de cultura, modo de produção, ou regime. Nos termos do autor um estilo seria “conjunto de esas características, que definen el modo de vivir, trabajar, evolucionar de una sociedad, lo llamo ‘estilo’ social” (VARSAVSKY, 1975, p. 14).

Conforme avançamos para a segunda metade da década de setenta, notamos algumas novas tendências ao tratamento dos estilos. A saber, a consolidação de uma linguagem única nas publicações, visto que os autores passaram a mobilizar, uniformemente, o conceito de “estilo” (não mais “modelo” ou “padrão”) de desenvolvimento. Além disso, o termo se vulgarizou a ponto de ser utilizado sem um esforço prévio de conceituação, sendo recorrente seu uso para os mais diversos temas e análises.

Nessas condições, destacou-se o economista polonês Ignacy Sachs que, prestando consultoria à CEPAL, produziu o documento *Ecodesarrollo: un aporte a la definición de estilos de desarrollo para América Latina* (1974). Nesse escrito, Sachs pretendeu abordar estilos de consumo e estilos tecnológicos capazes de harmonizar critérios de justiça social e de gestão racional do meio ambiente. Em 1976, destacamos o artigo intitulado “Oligopolio, Empresas Transnacionales y Estilos de Desarrollo”, do economista chileno Fernando Fajnzylber, também vinculado à CEPAL. Fajnzylber estudou o fenômeno das empresas transnacionais sobre o estilo de desenvolvimento dos Estados Unidos, bem como o efeito dessas filiais sobre o estilo de desenvolvimento latino-americano.

À luz dos estudos apresentados acima, tornam-se evidentes alguns traços e padrões em torno da construção da abordagem de estilos de desenvolvimento. Primeiramente, destaca-se o caráter instrumental e o rigor técnico que foi impresso, a princípio, ao conceito. O termo estilos foi empregado como ferramenta para avaliação de política de desenvolvimento, como parte de um modelo de experimentação numérica. Ainda sobre o tema, nota-se a falta de consenso em torno do conceito de estilos, o que serve como indicativo de uma disputa intelectual em pleno florescimento. Nesses textos, cada autor atribuiu um sentido próprio ao termo, ainda não havia intenção de compor uma linguagem única. Por último, é preciso situar a contribuição destes autores como ponte para novas reflexões sobre aspectos não econômicos do desenvolvimento.

4. O pano de fundo do debate sobre estilos de desenvolvimento

Dando sequência a discussão, a contextualização do conceito de estilos de desenvolvimento foi outro artifício utilizado para reconstituir a formação dessa abordagem teórica. Conforme Skinner (2006), seria tarefa do historiador das ideias investigar o contexto social de um determinado conjunto de ideias. Em vista disso, buscamos aqui enquadrar a noção de estilos dentro da história da América Latina, relacionando-a com alguns eventos políticos, econômicos e institucionais que certamente corroboraram na difusão dessa ideia.

Como anteriormente delineado, o termo apareceu pela primeira vez no informe do CENDES no final da década de 1960. Desta forma, a ideia de estilos enquadrava-

se em um contexto de recuperação. Conforme Bielschowsky (2018), de meados dos anos 1960 até 1973, a região desfrutou de um ciclo expansivo marcado por elevadas taxas de crescimento (6,7% ao ano) ao lado de uma considerável expansão das exportações (7,1%). Este cenário favorável garantiu o acúmulo de divisas e liquidez internacional para retomada dos processos de desenvolvimento em marcha.

Esse cenário teve dois efeitos imediatos. Primeiro, afastou qualquer hipótese de estagnação no debate teórico do desenvolvimento. Segundo, os problemas levantados durante a crise (marginalização, subemprego e concentração de renda) seguiram sem solução. Devido a isso, prevaleceu na literatura a compreensão de que tratava-se de um crescimento “maligno” ou “perverso”,¹⁵ visto que as demandas sociais por reformas de base foram contidas por repressões sociais à proporção que regimes ditatoriais se alastraram pelo Cone-Sul. A começar pelo Brasil no ano de 1964, seguido pela experiência argentina em 1966 e pela chilena e uruguaia em 1973.

Posto isso, o enquadramento do enfoque de estilos de desenvolvimento permitiu aos autores o reconhecimento categórico de que era possível tanto seguir uma agenda de desenvolvimento socialmente mais homogênea, quanto combinar capacidade dinâmica com graves injustiças sociais. Além disso, o conceito de estilos servia ao contexto de Guerra Fria ao postular a existência de diferentes tipos de capitalismo, com efeito, combatendo uma autêntica agenda socialista. Nesses termos, Calcagno (1990) sublinha que

los ‘estilos de desarrollo’ enseñan, ante todo, que existe una pluralidad de soluciones políticas y económicas posibles, donde los beneficiarios y los perjudicados no son los mismos y que tienden muy distintas implicancias sociales y culturales; además, esos estilos no se desarrollan espontáneamente porque se liberen las fuerzas de mercado o porque se levanta una censura cultural o informativa, sino que se logran y consolidan a través de políticas públicas y procesos políticos. (p. 66-67).

Seja como for, é certo que a discussão de estilos estendeu-se ao longo da década de 1970, quando a conjuntura externa foi novamente revertida. O abandono da institucionalidade do afamado acordo de *Bretton Woods* no ano de 1971, ao lado do advento da Crise do

15. Ignacy Sachs cunhou essas expressões proferindo-as em um discurso realizado na CEPAL no ano de 1966 (BIELSCHOWSKY, 2018).

Petróleo, em 1973, foram elementos cruciais dessa transição. Segundo Ffrench-Davis, Muñoz e Palma (1997), o período foi marcado por novos traços de dependência devido à concentração do capital financeiro na economia mundial. Com efeito, os crescentes fluxos de capital inseriram países da América Latina em condições de vulnerabilidade, sujeitos ao endividamento externo e à perda do controle de suas diretrizes econômicas básicas, tal como taxa de câmbio e volume de dinheiro em circulação.

A partir desses eventos, Cano (1999) aponta a dificuldade em tratar a América Latina como uma unidade homogênea. Depois do ano de 1973, diferentes estratégias de planejamento puderam ser observadas entre os países da região, visto que México e Brasil deram continuidade ao processo de industrialização planejada, optando pela via do endividamento externo. Em alternativa, países como Argentina, Uruguai e Chile, por seu turno, abandonaram projetos industriais, abrindo seus comércios e finanças à livre movimentação, priorizando o setor exportador. Sobre esse ponto, Villamil (1979) postula que o enfoque de estilos de desenvolvimento também era uma resposta para esse cenário, pretendendo captar essas distintas estratégias adotadas pelos países da região.

O ambiente de discussões institucionais foi outro aspecto relevante na formação do conceito de estilos. Garza (1992) mostra que a Organização das Nações Unidas (ONU) liderou discussões metodológicas críticas ao enfoque estritamente econômico do fenômeno do desenvolvimento. De acordo com o autor, a ONU despendeu significativos esforços para promover uma renovação teórica capaz de incorporar aspectos políticos, sociais e culturais ao debate, assim incentivando dezenas de artigos, congressos e seminários por todo o globo. De acordo com Bielschowsky (2018), uma expressão desse movimento foi a “Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social” aprovada no ano de 1969 em Assembleia Geral da ONU, esta foi elaborada “de maneira a destacar o desenvolvimento social como o grande objetivo da humanidade e a estabelecer um consenso filosófico universal sobre as normas sociais do desenvolvimento” (p. 77).

Segundo Wolfe (1982), o clima de debate empreendido pela ONU desdobrou-se em 1971 na criação de um projeto interdisciplinar que objetivou a preparação de um “enfoque integrado do desenvolvimento”. Tais resultados foram expostos no documento *Informe sobre un criterio unificado para el análisis y la planificación del desarrollo* (NAÇÕES UNIDAS, 1973), apresentado em 1972. Devido à vinculação da CEPAL como órgão oficial da ONU, o “desenvolvimento integral” passou rapidamente a compor a agenda da comissão. Bielschowsky (2018) ressalta que, desde então, a CEPAL passou a responder

formalmente ao mandato conferido em Assembleia Geral da ONU para avaliar a possibilidade de uma estratégia de desenvolvimento para América Latina a partir de um critério unificado, ou seja, conciliando outras esferas de conhecimento.

No que se refere à CEPAL, Garza (1992) aponta que o resultado das imposições da ONU foi fundamental para formulação de uma abordagem interdisciplinar, com base no conceito de estilos. Portanto, a chave interpretativa dos estilos de desenvolvimento foi pensada como uma peça fundamental para compreensão do processo de transformação econômico e social presente nas economias periféricas, que era por definição mais complexo e dinâmico e, como tal, exigia uma abordagem interdisciplinar que superasse as explicações exclusivamente econômicas.¹⁶

5. A construção do enfoque de estilos de desenvolvimento, entre Aníbal Pinto e Jorge Graciarena

Na segunda metade da década de 1970, a temática dos estilos de desenvolvimento alcançou o centro das discussões sobre desenvolvimento na CEPAL. Nesse período, diante da propagação de regimes ditatoriais pela região, a sede da comissão em Santiago havia se tornado um ambiente acolhedor, onde economistas e sociólogos poderiam pensar a sociedade latino-americana. Conforme Blomström e Hettne (1990), “allí encontraron refugio muchos estudiosos de países oprimidos de América Latina, como Brasil” (p. 250). De acordo com Martín (2016), o golpe de Estado no Chile em setembro de 1973 mudou as feições desse cenário, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento, influenciado pela experiência da Escola de Chicago. Portanto, a CEPAL passou a dividir sua influência com a ascensão do neoliberalismo no Chile. A somar, Bianchi (2000) descreve a primeira metade desse decênio pelo desaparecimento da efervescência e criatividade da comissão, que era traduzida na queda do nível técnico dos seus integrantes e na precária atenção dada aos problemas conjunturais e de curto prazo dos países latino-americanos.

16. Esse processo de integração multidisciplinar descrito acima influenciou vários teóricos do desenvolvimento. A título de exemplo, a obra de Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1977 [1969]), fazia referência explícita à análise integrada do desenvolvimento. Mais tarde, autores como Furtado e Prebisch também adotaram a perspectiva da interdisciplinaridade em seus estudos (FURTADO, 1980; PREBISCH, 1984 [1981]).

Como meio de defesa, a *Revista de la Cepal* foi criada em 1976 com o propósito de assegurar um terreno para discussões críticas em torno da questão do subdesenvolvimento –sob a direção de Raúl Prebisch. Já na edição inaugural, a revista abriu suas primeiras páginas trazendo reflexões sobre desenvolvimento e democracia, inserindo a abordagem de estilos como aparato dessas reflexões (MARTÍN, 2016). Em nota introdutória da revista, Enrique Iglesias (1976) não escondeu sua preocupação com o cenário de mutações presente em âmbito regional e internacional, em especial, à esfera social. Em menção à temática dos estilos, o autor sublinhou que “no menos importante son las revisiones de los estilos de crecimiento y desarrollo que se perfilan en los países de la región dentro de modalidades propias de cada caso” (p. 5).

A primeira edição da *Revista de la Cepal* reuniu um conjunto de artigos que marcaram uma tentativa de conceder à linha interpretativa dos estilos de desenvolvimento um papel relevante no pensamento econômico latino-americano (BIELSCHOWSKY, 2018). Além disso, era um novo momento no campo da análise de estilos, em que uma nova leva de autores ofereceu um uso distinto ao conceito – não mais circunscrito a elementos “quantitativista” – que priorizava a composição da estrutura econômica, política e social (PEDRÃO, 2006). Nessa edição da revista havia artigos com fortes críticas à forma como estava sendo conduzido o debate de estilos, destacaram-se, do ponto de vista teórico, os trabalhos do chileno Aníbal Pinto e do argentino Jorge Graciarena.¹⁷ Pinto vem de uma longa carreira como economista da CEPAL, assumindo em 1970 a direção da Divisão de Desenvolvimento Econômico da comissão. Graciarena, por sua vez, era um economista reconhecido por seu trajeto na institucionalização da sociologia como ciência na Argentina. Desde 1971, o autor integrou a Divisão de Desenvolvimento Social da comissão como diretor adjunto.

Dando início à exploração, o artigo de Aníbal Pinto, chamado “Notas sobre Estilos de Desarrollo en América Latina” (1976), inseriu a discussão de estilos no núcleo do pensamento da CEPAL. Embora publicado em 1976, o artigo era uma versão revisada

17. Nessa seção priorizamos os trabalhos de Pinto e Graciarena. Porém é importante tomar nota do artigo de Marshall Wolfe publicado na mesma edição, intitulado *Enfoques del desarrollo: ¿De quién y hacia qué?* (1976). Wolfe examinou os elementos discutidos nas declarações internacionais de desenvolvimento, apontando as dificuldades em estabelecer critérios viáveis para implantar uma estratégia ou um estilo de desenvolvimento

de alguns escritos que circularam pela comissão para observações e comentários.¹⁸ O ponto de partida de Pinto concentrou-se na necessidade de estabelecer critérios claros para se pensar um estilo de desenvolvimento, sendo que o conceito vinha sendo utilizado imprecisamente, como sinônimo de modelo ou sistema.

Em função disso, o ponto de partida de Pinto foi pensar a questão dos estilos dentro de uma simbiose entre dois conceitos: sistema e estrutura. O primeiro “asociaremos con las dos formas principales de organización que lidian y conviven en la realidad contemporánea: la capitalista y la socialista” (PINTO, 1976, p. 100). Esses sistemas se diferem pela estrutura de poder social e pela institucionalidade, porém outra forma de contrastar os dois casos seria pela análise do investimento público e privado, posto que no socialismo o investimento tem as resoluções do Estado como elemento crucial (público). Em contraste, no capitalismo, a composição dinâmica estaria associada às diretrizes do mercado (privado). A segunda categoria analítica (estrutura) seria responsável por separar países industrializados de países subdesenvolvidos, fatores que definiriam as relações de dominação no esquema mundial.

O emprego dessas categorias desdobrou-se em quatro possíveis situações básicas para classificação de Estados nacionais, sendo elas: (i) capitalistas industriais, (ii) capitalistas subdesenvolvidos, (iii) socialistas industrializados, e, por último, (iv) socialistas subdesenvolvidos.¹⁹ Em vista disso, Pinto (1976), afirmou que dentro de cada sistema e estrutura específica haveria uma multiplicidade de fatores que perfilam distintos estilos que se manifestam na vida social. Deste modo, o autor forneceu um sentido econômico à abordagem de estilos, considerando que os países se diferenciam por suas camadas tecnológicas, grau de abertura do setor externo e significância da heterogeneidade estrutural.

Diante disso, o conceito de estilo era resultado dessa chave-conceitual discutida acima, sendo um estilo, para Pinto (1976), “la manera en que dentro de un determinado sistema se organizan y asignan los recursos humanos y materiales con el objeto de resolver los interrogantes sobre qué, para quiénes y cómo producir bienes y servicios” (p. 104), assim estabelecendo uma relação estreita com a distribuição e organização dos

18. Os manuscritos referidos acima foram encontrados no Repositório Digital de la CEPAL. Ambos os escritos foram publicados, respectivamente, nos anos de 1973 e 1975, com o mesmo título do artigo de 1976. Ver Pinto (1973; 1975). Graciarena também fez uso do mesmo artifício, o que sugere certo diálogo entre os autores.

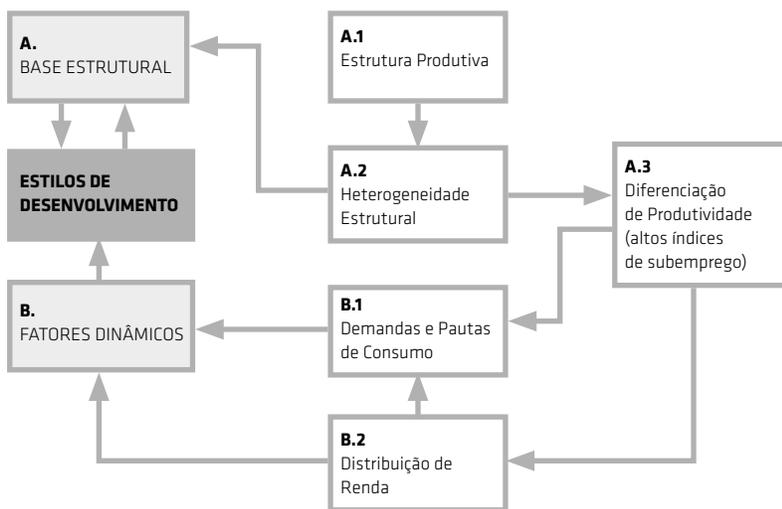
19. Conforme Rodríguez (2009), Pinto alertou que nessas quatro situações tratavam-se de abstrações, o enfoque de estilos deveria ser capaz de considerar divergências entre casos individuais com distintas formações históricas.

componentes relacionados à produção. Desta forma, a abordagem elaborada pelo autor permitiria compreender dentro da dinâmica as tendências e modo de funcionamento de um determinado estilo, assim como identificar quem vinha sendo favorecido (ou marginalizados) no livre curso de um determinado estilo de desenvolvimento.²⁰

Dando seguimento à análise, Pinto também despendeu esforços para caracterização de um dado estilo com base em duas classes de fatores. Os “fatores estáticos”, ou base estrutural, eram compostos pela forma em que o aparelho produtivo encontrava-se organizado, no que concerne aos recursos e à composição da oferta. Os “fatores dinâmicos”, por seu turno, teriam a função de “mover” a estrutura, embora também fossem direcionados por esta. Em tese, esses fatores “influyen permanentemente en la estructura productiva, ya sea en favor de su modificación, o acentuando sus perfiles”. Antes de avançar, a figura abaixo (Figura 1) permite delinear o esquema teórico de Aníbal Pinto. (PINTO, 1976, p. 104).

Figura 1 | Estilos de Desenvolvimento em Aníbal Pinto

Fonte: Baseado no esquema elaborado por Rodríguez (2009, p. 327).



20. Dois anos depois, Pinto publicou o artigo “Estilos de desarrollo: conceptos, opciones, viabilidad” (1978), com o propósito de “continuar la discusión sobre estilos de desarrollo” (p. 557). Nesse segundo artigo, Pinto se valeu do trabalho de Graciarena (apresentado adiante) para incrementar ao conceito de estilos aspectos sócio-políticos. Deste modo, o enquadramento fundamental do conceito ainda estava restrito pela chave sistema-estrutura, porém, o autor passou a considerar no plano histórico as forças sociais dominantes que colocavam em marcha um determinado estilo de desenvolvimento (p. 575).

Com base na figura, o cerne da abordagem de Pinto estaria na relação de interdependência entre os dois fatores (A e B). Primeiramente, no que se refere à estrutura produtiva (A. 1), esta vincula-se à heterogeneidade estrutural (A.2). O grau de heterogeneidade, por sua vez, define a estrutura ocupacional (o índice de emprego e subemprego) que coexiste com níveis de produtividade muito distintos (A.3). Em razão disso, uma estrutura muito heterogênea afetaria os fatores dinâmicos, influenciando os mecanismos de distribuição de renda (B.2) e a composição da estrutura da demanda (B.1), visto que estes elementos têm vínculo direto. Via de regra, ambos os fatores dinâmicos, quando modificados, criam forças capazes de alterar o estilo de desenvolvimento vigente. No que concerne ao caso latino-americano, Pinto salientou que uma estrutura produtiva concentrada e heterogênea contribuiu para a formação de um padrão distributivo centrado no consumo das classes altas e médias altas. Com efeito, foi forjado um estilo perverso capaz de se retroalimentar e manter vastos contingentes populacionais em condições de infraconsumo.

A contribuição do argentino Jorge Graciarena para repensar a abordagem de estilos de desenvolvimento foi relevante em dois sentidos. Primeiro, pelo autor ter incorporado interesse de classe e poder político à discussão. Como lembra Fiori (2018), esses elementos sempre foram referidos como externalidades. Segundo, pela contribuição metodológica do autor, denunciando o tratamento impreciso do conceito de estilos e reivindicando a natureza interdisciplinar desse enfoque.

O artigo de Graciarena “Poder y Estilos de Desarrollo” (1976a) também era uma versão lapidada de um estudo iniciado no ano anterior.²¹ Nesse artigo, a noção de um estilo de desenvolvimento, para Graciarena, remetia aos seguintes interrogantes: a qual realidade o conceito se refere? Quais seriam os seus elementos fundamentais e secundários? Seria um conceito estático ou dinâmico? Para Graciarena, a dificuldade em responder tais questões refletia a falta de consenso presente na literatura. O termo “estilos” induziu ideias errôneas e gerou confusões entre outros conceitos do arsenal das ciências sociais (sistema, valor nacional, etc.). Tudo isso faria que “su idea central sea difícil de asir y carezca de una referencia teórica explícita” (p. 178).

21. No caso de Graciarena, o manuscrito foi produzido no ano anterior, intitulado *A Propósito de los Estilos de Desarrollo: una nota heterodoxa* (1975).

Além disso, a conceituação dos marcos teóricos dos estilos de desenvolvimento, para Graciarena, deveria começar pela inclusão de outras dimensões (sociais, políticas, culturais), que até então eram consideradas como variáveis exógenas. Um exemplo disso era a falta de uma teoria do Estado capaz de retirar a neutralidade desse ator junto ao processo de desenvolvimento. Nas palavras Graciarena,

pasaría aún bastante tiempo antes de que se admitiese – y en forma limitada – que algunas dimensiones sociales no consideradas antes, como las clases sociales, las relaciones de poder y la naturaleza política del Estado, tuviesen una importancia fundamental en las orientaciones de las estrategias de desarrollo, especialmente en América Latina. (1976a, p. 177).

Perante isso, Graciarena inseriu a questão do “poder” nas discussões sobre os estilos de desenvolvimento. Era preciso descobrir quem o mobiliza e a qual objetivo e interesse o serve, o que, no que lhe dizia respeito, desdobraria na necessidade de adicionar relações entre classes e camadas sociais. Deste modo, seria preciso também estudar o comportamento das elites, afastando-se da falsa noção de uma “elite esclarecedora” que colocaria suas intenções coletivas acima de desejos individuais. Nesse sentido, Graciarena alertou que, por trás de um dado estilo de desenvolvimento, haveria, obrigatoriamente, um determinado grupo social capaz de influenciar a máquina estatal que o sustenta. Portanto, um estilo nunca seria produto do acaso. A rigor, somente após a incorporação desses elementos a abordagem de estilos receberia uma carga multidisciplinar.

Graciarena (1976a) definiu o conceito de estilos à luz desses apontamentos metodológicos. Em um primeiro momento, a noção de estilos foi descrita como “la modalidad concreta y dinámica adoptada por un sistema social en un ámbito definido y en un momento histórico determinado” (p. 186). No entanto, o autor logo se deu conta de que sua conceituação estaria mais próxima à definição de estrutura do que de estilos. Posto isso, Graciarena acrescentou que um estilo seria “una especie de integración de las estrategias de desarrollo con los factores de poder que hacen posible su realización en un sistema económico y social históricamente determinado, y orientado hacia ciertos objetivos” (p. 186).

Devido a isso, Graciarena (1976a) colocou o conceito de estilos dentro de um plano histórico, como resultado de uma estratégia mobilizada por coalizões de classes que se esgotam em um dado momento por contradições intrínsecas ao próprio processo de desenvolvimento. Quando esgotado, tal estilo poderia ser substituído por outro

que melhor refletisse o novo quadro social e seus conflitos subjacentes. Destarte, a transição de um estilo de desenvolvimento requer um novo rearranjo social que signifique uma descontinuidade com o quadro anterior ou, meramente, uma nova combinação dos mesmos elementos.

Para fins de ilustração, Graciarena, no mesmo ano, publicou o artigo “Tipos de Concentración del Ingreso y Estilos Políticos en América Latina” (1976b), no qual insistiu que diferentes tipos de concentração de renda coexistiam com estilos de desenvolvimento específicos. Nesses termos, dentro de um estilo, os regimes políticos e as modalidades de ação política representariam mais do que fatores residuais para explicar a configuração e a dinâmica de um padrão de distribuição de renda. Graciarena mostrou isso ao identificar dois tipos de concentração cujos estilos políticos se diferiam substancialmente. De um lado, havia a “concentração *elitária*”, caracterizada pela concentração crescente da renda dos 5% superiores da cúspide da pirâmide distributiva, às custas do centro e da base. Este tipo de concentração foi associado às formas de dominação autoritárias, sobretudo o caso brasileiro que vinha praticando uma política agressiva de compressão de salários e retirada do poder de negociação da força de trabalho. De outro, a “concentração *mesocrática*” referia-se à concentração dos setores médios altos, presente nos regimes políticos mais abertos, plurais e com maior grau de participação política, representados no período pelo caso do México.

Em síntese, a contribuição de Graciarena para o debate de estilos de desenvolvimento foi inserir a noção de conflito sociopolítico como um componente da análise de estilos. De forma geral, Graciarena postulou que agentes históricos estabeleciam alianças e disputavam influências na máquina estatal para intervir sobre um determinado estilo. Nesses termos, pensar um novo estilo de desenvolvimento mais justo para a América Latina dependeria de antemão da emergência de novas coalizões sociais opostas às atuais.

Considerações Finais

Nos anos de 1970, a abordagem de estilos de desenvolvimento tornou-se a linha interpretativa principal dentre as análises da CEPAL. No entanto, o conceito de estilos era anterior às publicações inaugurais de Aníbal Pinto e Jorge Graciarena na edição 1ª da *Revista de la*

Cepal. Em busca das raízes dessa abordagem, notamos que suas origens não eram remotas e estavam associadas à história recente do desenvolvimento da América Latina.

No decênio anterior, os traços da noção de estilos foram forjados no desenrolar das discussões sobre o subdesenvolvimento da América Latina, mais precisamente, no debate crescimento-estagnação. Como visto, a concepção por trás de um estilo de desenvolvimento apareceu à medida em que as teses “estagnacionistas” foram afastadas, predominando a ideia de que era possível obter diversas “combinações” de capitalismo. No saldo desse debate, Tavares e Serra já utilizavam a linguagem de estilos ao mostrar que o estilo latino-americano vigente era capaz de combinar desigualdade social com elevado grau de dinamismo.

Por meio da revisão histórica do conceito de estilos foi possível notar o rigor técnico empregado, inicialmente, ao termo pelo CENDES. A ideia de estilos estava associada ao desenvolvimento de modelos matemáticos para avaliação de estratégias de desenvolvimento. Logo após, a ideia de estilos foi difundida para outros estudiosos da América Latina, sobretudo os filiados à CEPAL. Todavia ainda não havia nesses autores a intenção de unificar a noção de estilos em uma linguagem única, ou de compor uma abordagem teórica.

Além disso, o clima de debates difundido através dos fóruns e assembleias da ONU foi fundamental para popularização e formação do enfoque de estilos, pois a CEPAL passou a dialogar com a multidisciplinaridade, adotando o termo de estilos como fio condutor. Por fim, as próprias transformações históricas na América Latina justificaram a noção de estilos, visto que os países passaram a adotar distintas estratégias de desenvolvimento. Ademais, o termo caiu como luva para criticar os modelos de desenvolvimento perversos praticados por regimes autoritários do Cone Sul.

Por resultado, entende-se que o enfoque de estilos de desenvolvimento foi fruto de um contexto mais amplo de revisão crítica das teses inaugurais da CEPAL. Dentro dessa perspectiva, as publicações seminais de Aníbal Pinto e Jorge Graciarena sobre os estilos de desenvolvimento, em 1976, representaram o esforço intelectual desses autores para organizar a discussão em torno do conceito de estilos e propor novas questões para construção de uma abordagem teórica que partisse do conceito de estilos de desenvolvimento. Desde então, as publicações sobre a temática de estilos multiplicaram-se e, mais tarde, ganharam um novo impulso com a emergência das discussões sobre “estilos e meio-ambiente”, chefiada pelos autores Osvaldo Sunkel e Nicolo Gligo.²²

22. Uma compilação dos principais trabalhos dessa segunda onda de publicações encontra-se no livro *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina* (SUNKEL; GLIGO, 1980).

Referências

- ALBA, V. O estilo latino-americano e as novas forças sociais. In: HIRSCHMAN, A. O. (Ed.). *Monetarismo vs. Estruturalismo: um estudo sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Lidador, 1967. (Coleção Societas).
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimentismo na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 13 (2), p. 173-199, ago. 2009.
- BIANCHI, A. La CEPAL en los años setenta y ochenta. In: CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE (Org.). *La CEPAL en sus 50 Años: notas de un seminario conmemorativo*. Chile, Santiago: Naciones Unidas, 2000, p. 43-52.
- BIELSCHOWSKY, R. A trajetória histórica do pensamento da Cepal: 1948-1998. In: BRANDÃO, C. A. (Ed.). *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2018.
- BLOMSTROM, M.; HETTNE, B. *La teoría del desarrollo en transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- CALCAGNO, E. Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. *Revista de la Cepal*, n. 42, p. 55-67, dez. 1990.
- CALCAGNO, E.; SÁINZ, P.; BARBIERI, J. *Estilos políticos latinoamericanos: un método de análisis y nueve casos*. Buenos Aires: Ed. FLACSO, 1972.
- CANO, W. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, J. L. (Ed.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1969].
- CENDES. CENTRO DE ESTUDIOS DEL DESARROLLO. Estilos de desarrollo: grupo de modelos matemáticos. *El Trimestre Económico*, v. 36, n. 144 (4), p. 517-576, dez. 1969.
- CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Un modelo para comparar estilos de desarrollo o políticas económicas optativas*. Publicado em: abr. 1971. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/14430>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CIMOLI, M.; PORCILE, G. Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas. *Série Desarrollo Productivo*, Cepal, n. 194, 2013.
- COUTINHO, M. C. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 3 (67), p. 741-759, dez. 2019.
- FAJNZYLBER, F. Oligopolio, empresas transnacionales y estilos de desarrollo. *El Trimestre Económico*, v. 43, n. 171 (3), p. 625-656, set. 1976.
- FFRENCH-DAVIS, R.; MUÑOZ, Ó.; PALMA, G. Las economías latinoamericanas, 1950-1990. In: BETHELL, L. (Ed.). *História de América Latina*. Vol. 11: Economía y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997.
- FIORI, J. L. As trajetórias intelectuais do debate sobre o desenvolvimento na América Latina. In: BRANDÃO, C. A. (Ed.). *Teorias e políticas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2018.

- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- GARZA, E. G. Estilos de desarrollo versus acumulación. Aportaciones teóricas de dos escuelas de pensamiento: la teoría de la Cepal y la teoría de la regulación. *Investigación Económica*, v. 51, n. 202, p. 109-129, dez. 1992.
- GRACIARENA, J. *A propósito de los estilos de desarrollo: una nota heterodoxa*. Cepal. Publicado em: ago. 1975. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/32964>. Acesso em: 15 out. 2019
- GRACIARENA, J. Poder y estilos de desarrollo. Una perspectiva heterodoxa. *Revista de la Cepal*, n. 1, p. 173-193, 1.º sem. 1976a.
- GRACIARENA, J. Tipos de concentración del ingreso y estilos políticos en América Latina. *Revista de la Cepal*, n. 2, p. 203-237, 2.º sem. 1976b.
- IGLESIAS, E. V. La Revista de la Cepal. *Revista de la Cepal*, n. 1, p. 5-6, 1.º sem., 1976.
- MARTÍN, J. J. M. La Sociología del desarrollo en América Latina: una tensión permanente entre democracia y crecimiento económico. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, v. 25, n. 3, p. 171-181, set. 2016.
- MEDEIROS, F. J. M. O discípulo (Furtado) e o mestre (Prebisch), a inversão dos papéis. *História Econômica & História de Empresas*, v. 24, n. 1, p. 131-160, jan-abr. 2021.
- NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre un criterio unificado para el análisis y la planificación del desarrollo. Informe preliminar del Secretario General de las Naciones Unidas*. Nova York: Nações Unidas, 1973.
- PEDRÃO, Fernando. Aníbal Pinto e a Ruptura do Círculo da Pobreza. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, n. 13, ano VIII, p. 5-10, 2006.
- PINTO, A. El modelo de desarrollo reciente de la América Latina. *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 150 (2), p. 477-498, jun. 1971.
- PINTO, A. *Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina*. Cepal. Publicado em: dez. 1973. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/34765>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- PINTO, A. *Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina*. Cepal. Publicado em: jun. 1975. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/30485>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- PINTO, A. Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina. *Revista de la Cepal*, n. 1, p. 97-128, 1.º sem. 1976.
- PINTO, A. Estilos de desarrollo: conceptos, opciones, viabilidad. *El Trimestre Económico*, v. 45, n. 179 (3), p. 557-610, set. 1978.
- PINTO, A. Natureza e Implicações da “Heterogeneidade Estrutural” da América Latina. [1970]. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). *Cinquenta anos do pensamento de la Cepal*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PREBISCH, R. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- PREBISCH, R. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [1981].

- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. [1949]. In: GURRIERI, A. (Ed.). *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2011.
- RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ROLLINS, C.; LA FUENTE, M. *Diferentes modelos o estilos de desarrollo*. Cepal. Publicado em: jun. 1973. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/35209>. Acesso em: 15 out. 2018.
- SACHS, I. Ecodesarrollo: un aporte a la definición de estilos de desarrollo para América Latina. *Estudios Internacionales*, ano 7, n. 25, p. 57-77, mar. 1974.
- SKINNER, Q. *Vision of politics: regarding method*. Cambridge (UK): Cambridge Univ. Press, 2006.
- SUNKEL, O.; GLIGO, N. (Eds.). *Estilos de desarrollo y medio ambiente en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente da América Latina. [1971]. In: BIELSCHOWSKY, R. (Ed.). *Cinquenta anos do pensamento de la Cepal*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VARSAVSKY, O. Largo plazo: ¿Un solo estilo? *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 152 (4), p. 1011-1040, dez. 1971.
- VARSAVSKY, O. Marco histórico constructivo para estilos sociales, proyectos nacionales y sus estrategias. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1975.
- VARSAVSKY, O. *Estilos tecnológicos: propuestas para la selección de tecnologías bajo racionalidad socialista*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2013 [1974].
- VARSAVSKY, O.; CALCAGNO, E. Introducción. In: VARSAVSKY, O.; CALCAGNO, E. (Eds.). *América Latina: modelos matemáticos. Ensayos de aplicación de modelos de experimentación numérica a la política económica y las ciencias sociales*. Tiempo Latinoamericano. Santiago: Editorial Universitaria, 1971.
- VILLAMIL, J. J. *Concepto de estilos de desarrollo: una aproximación*. Cepal. Publicado em: nov. 1979. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/20719>. Acesso em: 15 out. 2019.
- VUSKOVIC, P. Distribución del ingreso y opciones de desarrollo. *Cuadernos de la Realidad Nacional*, n. 5, p. 41-60, set. 1970.
- WOLFE, M. Enfoques del desarrollo: ¿de quién y hacia qué? *Revista de la Cepal*, n. 1, p. 129-172, 1.º sem. 1976.
- WOLFE, M. El desarrollo esquivo: la búsqueda de un enfoque unificado para el análisis y la planificación del desarrollo. *Revista de la Cepal*, n. 17, p. 7-49, ago. 1982.

